

Susana Bornéo Funck¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Cristina Scheibe Wolff¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Feminismos em tempos incertos

É inegável que o mundo – pelo menos o mundo que nos é dado a conhecer – vem atravessando um período de incertezas e contradições, em que muitas das conquistas políticas das mulheres, especialmente as da segunda metade do século XX, estão sendo questionadas conforme o clima político e religioso em muitas culturas se revela cada vez mais conservador.

Mesmo assim, muitos são os pontos positivos em relação à luta das mulheres. Mais do que nunca, grupos de jovens ativistas, incentivadas pelas redes sociais, disseminam ideias e promovem campanhas de empoderamento por meio de blogs e páginas pessoais. Uma rápida pesquisa na Internet revela números significativos. Na busca por “blogs feministas”, são obtidos 4.030.000 resultados. Se a busca for em inglês (“feminist blogs”), o número sobe para 15.900.000. Entre os 20 mais importantes, segundo a página do Feedspot (2018), encontram-se o *Feministing*, com postagens sobre questões interseccionais como violência sexual, direitos de indivíduos transgênero e justiça reprodutiva, o *Gender Matters*, blog indiano dedicado ao empoderamento e à garantia dos direitos fundamentais de mulheres e meninas, e o *MsAfropolitan*, que conecta o feminismo a reflexões críticas sobre cultura, sociedade e política numa perspectiva centrada na África. São apenas três breves exemplos da imensa variedade de ativismos feministas.

Dignas de nota são também as campanhas contra a violência e o assédio sexual e moral, como os movimentos #Me too e Time’s up, originados nos Estados Unidos, e, aqui no Brasil, a luta contra o assédio nas ruas, no transporte público e no trabalho, cujo exemplo mais recente é o #DeixaElaTrabalhar, das jornalistas de esportes.

Somam-se ainda a essas lutas o grande destaque que os ativismos negro e LGBTI+ vêm conquistando na academia e nos movimentos sociais, e a interseccionalidade como pauta das agendas feministas contemporâneas.

Na política, embora Pedro Sánchez, na Espanha, tenha nomeado mulheres para oito de seus dez ministérios e os ministérios de Justin Trudeau, no Canadá, e de Emmanuel Macron, na França, ambos com 50% dos cargos ocupados por mulheres, tenham conquistado as manchetes dos veículos de comunicação, dados recentes revelam que



Esta obra está sob licença *Creative Commons*.

nenhum país do mundo alcança esse percentual em termos de Congresso Nacional ou órgão equivalente. Na verdade, 73% dos países têm menos de 20% de participação feminina (PAXTON, Pamela; HUGHES, Melanie M., 2007). E vale lembrar que essas são posições alcançadas nas urnas.

Da mesma forma, é fácil constatar que os crescentes índices de protagonismo feminino nas redes sociais e as inúmeras campanhas pela igualdade de gênero são negativamente contrabalançados por uma avalanche de ataques racistas, homofóbicos e abertamente sexistas. E que as campanhas contra violência e assédio não têm sido capazes de erradicar os altos índices de feminicídio e crimes de ódio contra identidades gays, lésbicas, bissexuais e trans – casos em que o Brasil ocupa posições nada confortáveis.

A julgar por esse breve panorama de avanços e retrocessos, poderíamos dizer que continuamos “dançando num campo minado”, como Annette Kolodny (1980) definiu a crítica feminista em inícios da década de 1980.

Foi nesse contexto de um mundo incerto e difícil que o Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil) sediou, entre 30 de julho e 4 de agosto de 2017, dois eventos conjuntos: o 13º Congresso Mundos de Mulheres (MM), realizado pela primeira vez na América do Sul, e o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG), já consolidado como o maior encontro sobre gênero no Brasil. Com a temática “Transformações, Conexões, Deslocamentos”, os eventos reuniram mais de 9.000 participantes entre ativistas, artistas e pesquisadoras nacionais e de outros 32 países.

O WW/FG foi um evento *sui generis*. Ele conjugou de maneira inédita três dimensões do feminismo: a acadêmica-científica, a política e a artística. Cada participante pode acessar conferências, mesas redondas e comunicações de pesquisa acadêmicas, e ao mesmo tempo, participar de rodas de conversa e fóruns de debate em que as questões do ativismo estavam colocadas e as ativistas eram as protagonistas. E também tivemos performances musicais, de teatro e dança, exposição de arte, mostra audiovisual e fotográfica. Os temas do feminismo e das mulheres puderam ser pensados, sentidos e experimentados, e principalmente debatidos. E todas pudemos ainda participar de uma grande marcha pelo centro da cidade de Florianópolis, com mais de dez mil participantes: a Marcha Mundos de Mulheres por Direitos, que pode ser visualizada no link <https://www.youtube.com/watch?v=swuHNUZ9z4c&feature=youtu.be>.

Para ilustrar, embora de forma limitada, a internacionalização propiciada pelos dois eventos acima, a *Revista Estudos Feministas* selecionou oito dentre os trabalhos apresentados em inglês para compor esta “Seção Especial”.

Iniciamos com o texto de Clare Hemmings, apresentado como conferência de abertura, cujo título – “A Feminist Politics of Ambivalence: Reading with Emma Goldman” (Uma política feminista da ambivalência: lendo com Emma Goldman) – apropriadamente se reporta aos tempos incertos que atravessamos. Como em seu recente livro *Considering Emma Goldman: Feminist Political Ambivalence & the Imaginative Archive*, Hemmings (2018) argumenta – com Emma Goldman (ativista anarquista que morreu em 1940) como guia – que pode ser politicamente produtivo abraçar e teorizar a incerteza, e mesmo a ambivalência, com relação à igualdade de gênero e ao feminismo.

O foco na ambivalência do feminismo de Goldman, nas brechas de suas posturas críticas, segundo Hemmings, nos permite lidar com as contradições da política e da teoria, colocando a complexidade em primeiro plano e postergando o desejo de resolver paradoxos, como no caso das relações entre raça, migração, classe e gênero que as abordagens interseccionais tentam resolver. Uma interessante receita para nossos tempos difíceis.

Paradoxos também são apontados no artigo de Rekha Pande sobre a história do feminismo na Índia. Em sua primeira fase (1850-1915), na era pré-independência, a luta pelos direitos das mulheres era parte de um amplo movimento de reforma social. Mas, se por um lado havia uma preocupação em assimilar ideias progressistas ocidentais, por outro havia uma necessidade de reforçar uma identidade cultural distinta da dos colonizadores. Foi na segunda fase (1915-1947), com o movimento de resistência pacífica de Ghandi, que as mulheres obtiveram maior participação política. Conforme ressalta Pande, a luta pela independência mobilizou massivamente as mulheres, que, no entanto, tiveram que lutar em duas frentes: nas ruas contra o domínio inglês, e em suas casas contra o patriarcado.

A partir da segunda metade do século XX, após a independência em 1947, várias leis foram promulgadas para melhorar a situação das mulheres, com sucessivos planos governamentais, como o de 2002-2007, que garantia o acesso à informação e recursos na busca de uma maior equidade de gênero, o de 2007-2012, que visava o empoderamento feminino, e o mais recente (2012-2017), com foco em saúde, educação, urbanização e governança.

Mas, embora os Estudos de Gênero tenham sido incluídos nos currículos e existam na Índia 163 Centros de Estudos sobre as Mulheres, as verbas para esse setor da sociedade vêm sofrendo sucessivos cortes, com grande incerteza sobre a continuidade dos programas estabelecidos pelos planos quinquenais. Apesar dos impedimentos, conclui Pande, o movimento de mulheres trouxe importantes questões para o centro das discussões, dando-lhes maior visibilidade.

As políticas públicas são também a preocupação do artigo de Patricia Muñoz-Cabrera e Patricia Duarte Rangel sobre justiça de gênero na Argentina, no Brasil e no Chile, em análise dos governos de Cristina Fernández (2007-2011; 2011-2015), Dilma Rousseff (2010-2014; 2014-2016) e Michele Bachelet (2006-2010; 2014-2018), respectivamente. Partindo de uma discussão teórica sobre o limitado papel das mulheres na formulação de políticas públicas, as autoras examinam as contribuições feministas nas áreas de autonomia econômica, violência e saúde, problematizando a correlação entre as agências ou secretarias de promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero e as discriminações que ainda persistem nesses países, que foram governados por mulheres na América Latina.

Como melhorias concretas, Muñoz-Cabrera e Rangel apontam programas destinados à inserção das mulheres no mercado de trabalho e, tanto no Chile quanto no Brasil, a aprovação de leis regulamentando o trabalho doméstico. Também destacam as políticas de distribuição de renda e erradicação da pobreza, bem como de combate à violência doméstica, implementadas nos três países. Entretanto, ressaltam o caráter ainda homogeneizante dessas conquistas, com a persistência das desigualdades que afetam mulheres e homens negros, indígenas e não-heterossexuais. O maior problema, para as autoras, continua sendo a ausência de interseccionalidade na área de justiça de gênero.

Essa justiça, no âmbito dos direitos humanos, é o foco do artigo "Human Rights and Violence against Women" (Direitos humanos e a violência contra mulheres), em que Dandara Oliveira de Paula examina o contexto político do movimento de proteção a pessoas surgido com a criação das Nações Unidas após a Segunda Guerra. Conforme aponta a autora, embora o documento de 1948 ressalte a universalidade e igualdade de direito à dignidade humana, foi apenas trinta anos mais tarde que se começou a pensar sobre as violações sofridas pelas mulheres. A 'Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women', de 1979, que passou a vigorar em 1981, foi o primeiro documento internacional a

considerar especificamente os direitos das mulheres. Seus objetivos principais: promover a igualdade de gênero e lutar contra a discriminação.

Apesar das várias iniciativas que se seguiram a esse documento, como as Conferências Mundiais sobre as Mulheres (Cidade do México, 1975; Copenhague, 1980; Nairobi, 1985 e Pequim, 1995) e o estabelecimento da UN Women pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2010, pouco progresso tem sido feito pelo fato de as medidas para a melhoria da condição das mulheres terem que ser politicamente implementadas em cada país. Na América Latina, apesar dos esforços da Organização dos Estados Americanos, muito ainda tem que ser feito em termos, especialmente, da violência contra a mulher. Como emblema dessa luta, o artigo apresenta e discute o caso do *Campo Algodonero*, em Ciudad Juárez, México, primeiro caso da Corte Interamericana de Direitos Humanos a citar a possibilidade de feminicídio e na qual se mostra a vulnerabilidade da vida e da integridade das mulheres.

Políticas públicas e direitos humanos são certamente arenas centrais e palco de grandes negociações nas lutas feministas. Mas não podemos esquecer de que política também se faz por meio das ideias, das narrativas que circulam entre nós e que cumprem um importante papel na construção e desconstrução de identidades sociais e sexuais. Gênero, como tão bem sabemos (e as teóricas são muitas para citar aqui), é uma representação que precisa ser negociada em contextos concretos. Como nos alerta Ella Shohat (2001), em entrevista concedida à *Revista Estudos Feministas*, “O imaginário é muito real e o real é imaginado. Precisamos constantemente negociar a relação entre o material e sua narrativização” (p. 156). Voltamos nosso olhar, portanto, para dois trabalhos sobre literatura que abordam importantes questões de gênero e sexualidade a partir da interseção entre raça e nacionalidade, em contextos não-hegemônicos.

Em “A Detour in Longing”, Nathália Araújo Duarte de Gouvêa aborda as relações entre gênero, sexualidade e desejo lésbico em *What Night Brings* (2003) de Carla Trujillo (2009) e *Gulf Dreams* de Emma Pérez (1996), duas autoras estadunidenses de origem mexicana. Em comunidades profundamente conservadoras, as protagonistas buscam explorar sua sexualidade e desvendar seus desejos proibidos enquanto conscientizam-se do sistema patriarcal e machista no qual estão inseridas. Duplamente oprimidas, pela origem étnica numa sociedade predominantemente branca e pelo conservadorismo de sua cultura de origem, caracterizam-se por atitudes transgressoras e questionadoras na busca de uma forma de sobrevivência e resistência. Embora ambos sejam romances de amadurecimento, diferem em sua trajetória lésbica, pois se a personagem de Pérez acaba por entender e aceitar sua sexualidade homossexual, a de Trujillo opta pelo script heteronormativo como forma de aceitação social.

Os atravessamentos diaspóricos entre gênero, raça e nacionalidade também estão presentes no artigo “Voices that Matter”, em que Flávia Rodrigues Monteiro analisa o romance *The Buddha in the Attic*, da escritora de origem japonesa Julie Otsuka (2011), nascida nos Estados Unidos. Centrado em dois tópicos principais – a prática conhecida como *Picture Bride* (noivado por foto) e os campos de concentração para nipo-americanos durante a Segunda Guerra – a narrativa de Otsuka é basicamente desenvolvida em primeira pessoa do plural com a inclusão ocasional de outros sujeitos, o que, segundo Monteiro “é uma narrativa que descreve uma experiência coletiva mas evita essencialismos”. As mulheres, que formam um grupo diversificado em termos de faixa etária e origem geográfica, por exemplo, falam de seu desempoderamento diante de situações de trabalho nos campos e no ambiente doméstico, tendo que agir sob uma dupla opressão: como mulheres em termos de gênero e como sujeitos diaspóricos em termos de imigração.

Fechando esta “Seção Especial”, temos dois artigos de âmbito mais descritivo que abordam importantes áreas de atuação feminista: publicações, e congressos e redes internacionais. No primeiro, “Vicissitudes of Internationalization: Academic articles in Brazilian journals”, Mara Coelho de Souza Lago, editora da *Revista Estudos Feministas*, faz um histórico dos 25 anos do periódico, ressaltando sua ligação com o Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina e com o Seminário Internacional Fazendo Gênero. Além de enfatizar o trabalho coletivo e voluntário e interdisciplinar da REF, Lago apresenta detalhadas informações sobre as várias seções da *Revista*, as disciplinas acadêmicas abarcadas, bem como um perfil da autoria por área de conhecimento. Trata-se de uma valiosa “radiografia” de um dos dois maiores periódicos feministas do Brasil. Especialmente importante é sua avaliação sobre os impactos da internacionalização “vertical”, imposta pelos principais indexadores e pelas instituições que definem as políticas educacionais no país, já que não é devidamente valorizado o intenso diálogo mantido pelo periódico com países da América Latina. Tempos incertos.

Em “How It All Began” (Como tudo começou), Marilyn P. Safir, da Universidade de Haifa em Israel, descreve a criação do congresso Women’s Worlds (WW), ou Mundos de Mulheres (MM) em português, e da rede internacional WOWS (Worldwide Organization of Women’s Studies). Como organizadora do primeiro WW/MM, Safir fala sobre as dificuldades de coordenar um encontro internacional sem as facilidades de DDD, fax ou Internet. Mas o *First International Interdisciplinary Congress on Women: Women’s Worlds* (Primeiro Congresso Internacional Interdisciplinar sobre Mulheres: Mundos de Mulheres) aconteceu em Haifa, entre 27 de dezembro de 1981 e 1º de janeiro de 1982. Seguiram-se encontros na Holanda (1984), Irlanda (1987), Estados Unidos (1990), Costa Rica (1993), Austrália (1996), Noruega (1999), Uganda (2002), Coreia (2005), Espanha (2008), Canadá (2011) e Índia (2014).

A partir de 1985, começou a tomar corpo a ideia de uma rede internacional que congregasse as várias organizações de Estudos sobre as Mulheres. Com a colaboração de vários grupos nacionais e regionais, a Wows foi proposta em 1995 e lançada oficialmente no 6º Congresso Internacional, em 1996, na Universidade de Adelaide, Austrália. A partir de então, a Wows tem dado suporte aos congressos internacionais, agora em sua 13ª edição, realizada em 2017, em Florianópolis.

Desse mais recente Mundos das Mulheres, realizado paralelamente com o Fazendo Gênero 11, fazem parte os artigos aqui reunidos. Esperamos que possam ilustrar as incertezas dos feminismos contemporâneos de forma agradável e instrutiva.

Referências


- HEMMINGS, Clare. *Considering Emma Goldman: Feminist Political Ambivalence & the Imaginative Archive*. Durham, Londres: Duke University Press, 2018.
- KOLODNY, Annette. “Dancing Through the Minefield: Some Observations on the Theory, Practice, and Politics of a Feminist Literary Criticism”. *Feminist Studies*, v. 6, n. 1 (Spring, 1980), p. 1-25. Available at https://www.jstor.org/stable/3177648?origin=crossref&seq=1#page_scan_tab_contents.
- OTSUKA, Julie. *The Buddha in the attic*. New York: Knopf, 2011.
- PAXTON, Pamela; HUGHES, Melanie M. *Women, politics, and power: A global perspective*. Pine Forge Press, 2007.
- PÉREZ, Emma. *Gulf Dreams*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1996.
- SHOHAT, Ella. “Feminismo Fora do Centro”: Entrevista concedida a Sonia Maluf e Cláudia de Lima Costa. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 147-63, 2001.

FEEDSPOT. *Top 20 Feminist Blogs and Websites for Women to Follow in 2018*. <https://blog.feedspot.com>. Acesso em 28/06/2018.


TRUJILLO, Carla. *What Night Brings*. Windham: Curbstone Press, 2009 [2003].

[Recebido em 10/08/2018 e
aceito em 20/08/2018]

Susana Bornéo Funck (sbfunck@gmail.com) tem bacharelado em Inglês pelo Mount Holyoke College, Estados Unidos, é tradutora-intérprete pela PUCRS, mestra em Inglês e doutora em Humanidades pela Universidade do Texas em Arlington. Realizou pesquisa de pós-doutorado na Brown University. Foi professora de literaturas de língua inglesa na UFSC e de estudos do discurso na UCPEL. Aposentada desde 2014, continua atuando na *Revista Estudos Feministas* e no Instituto de Estudos de Gênero da UFSC. Sua publicação mais recente é o livro *Crítica literária feminista: uma trajetória* (Florianópolis: Insular, 2016).

 0000-0002-5444-2520

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil, e tem bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Fez doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP, 1998) e foi pesquisadora visitante na Universidade de Rennes 2, França (2005 e 2018), na Universidade de Maryland, College Park, USA (2011) e ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros da Universidade de Massachusetts Amherst no outono de 2017. Faz parte do comitê editorial da *Revista Estudos Feministas* e integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC. Atualmente desenvolve pesquisas sobre gênero, emoções, feminismos e ditaduras no Cone Sul.

 0000-0002-7315-1112